

SUMÁRIO

FOCO BRASIL

**/03 Economia do Brasil:
Fragilidades preocupantes?**

Por Yves Zlotowski e
Rémy Carasse

/09 Uma Sociedade sob pressão
Por Dominique Fruchter

ENTREVISTAS

/07 Cristiano Souza
Economista, Santander

/14 Fernando Figueiredo
Presidente Executivo, Abiquim

/25 Luiz Rabi
Economista, Serasa Experian

PANORAMA SECTORIAL NO BRASIL

Por Patricia Krause

/17 Químico:
Um crescimento impressionante
mas fraca competitividade

/18 Metalúrgico:
Activos para reverter os
resultados decepcionantes

/20 Automóvel:
O quarto mercado do mundo
desperta ambição

/21 Retalho:
Força motriz da economia

/23 Agro-alimentar:
Um novo estímulo
após o revés de 2012

/ Notícias da Coface

Parceria Coface e Banco Espírito Santo

A Coface e o Banco Espírito Santo assinaram um acordo de parceria para a distribuição de Seguros de Crédito à Exportação.

Este acordo visa apoiar as empresas portuguesas nos seus processos de internacionalização, dando, a partir de agora, às empresas clientes do BES mais um instrumento para exportar de forma segura.

Segundo o CEO da Coface Mr. Jean Marc Pillu, “este é um acordo promissor”, afirmando estar muito confiante com as perspectivas de sucesso do mesmo. Por seu turno, o Dr. Ricardo Salgado sublinhou a importância para o BES, como o banco líder no apoio ao comércio internacional das empresas portuguesas, de poder contar com a Coface como parceira.

Conferências sobre Risco País

Na qualidade de gestor de uma empresa, toma diariamente decisões sobre as exportações ou investimentos. Por isso, é extremamente importante definir uma estratégia internacional que dê à sua empresa acesso a novos mercados enquanto, simultaneamente, a protege contra o risco de incumprimento.

A Coface propõe-lhe reunir-se com especialistas de análise económica e de risco país que irão partilhar a sua visão sobre as perspectivas económicas para 2013, o risco de incumprimento nos principais países de destino das empresas portuguesas, soluções para reduzir os riscos nas operações de exportação e outros temas da actualidade.

As Conferências de Risco País que a Coface organiza em todo o mundo iniciam-se em cada ano com um evento em Paris que reúne mais de 1000 pessoas. Em Portugal, o próximo evento realiza-se em Lisboa, no dia 12 de Novembro de 2013, no Centro Cultural de Belém.

Consulte o programa do evento e inscreva-se em www.riscopaiscoface.com.pt.



Análise de
Risco País e Risco Sectorial



Editorial

Classificado em sétimo lugar no Mundo (e a segunda maior economia emergente) pelo tamanho do PIB, o Brasil é o modelo de país emergente. Passou no teste da grande crise de 2009 de forma brilhante, demonstrando a força dos seus fundamentos económicos e a maturidade das suas instituições políticas. Mas o lendário optimismo Brasileiro tem sido duramente testado nos últimos dois anos: fraco crescimento, perda de competitividade industrial e, mais recentemente, os protestos em massa por uma população que se está a tornar impaciente....

Poderá o motor da economia Brasileira ser reparado?

Este novo número da Revista Panorama oferece uma análise global sobre o Brasil, que foca os desafios económicos, as questões sociopolíticas e apresenta uma análise sector a sector.

O fraco crescimento e as tensões sociais são o resultado de problemas estruturais menos relacionados com as políticas económicas clássicas do que com as reformas que afectam as infraestruturas e a educação, assuntos que, tal como Cristiano Souza do Santander enfatiza, “não podem ser resolvidos no curto prazo”. De acordo com Luiz Rabi da Serasa, o baixo crescimento significa que não haverá diminuição na taxa de insolvência das empresas. Por um lado, as empresas estão a beneficiar de uma saudável procura das famílias mas, por outro lado, as taxas de juro e o enfraquecimento da actividade global estão a afectar o seu desempenho.

Em todas as análises sectoriais apresentadas nesta revista (sectores químico, metalúrgico, automóvel, retalho, agro-alimentar) o famoso “custo Brasil” aparece uma e outra vez como uma decisiva desvantagem. Por exemplo, o custo da energia sobrecarrega a indústria metalúrgica; as pressões para o aumento dos salários estão a desgastar a competitividade da indústria química. Os pequenos produtores no sector agro-alimentar sofrem com a falta de acesso às novas tecnologias.

No entanto, a estrutura empresarial Brasileira beneficia de dois pontos fortes. O primeiro, o forte envolvimento das autoridades é uma constante – mesmo ao ponto de adoptar medidas proteccionistas. Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da Associação da Indústria Química, analisa o Conselho de Competitividade atribuído à indústria química – iniciado pelo executivo – como “um impulso final na direcção certa” para a recuperação. Em segundo, evidentemente, o crescimento do rendimento da classe média contribui para o aumento dos preços, mas sustenta a indústria automóvel e o comércio a retalho, dois sectores-chave.

A classe média Brasileira, que está a abastecer-se, está a atrair investidores internacionais em busca de lucros, como é evidenciado pelo interesse dos fabricantes de automóveis coreanos e chineses. Em suma, o país tem todas as cartas necessárias para inspirar a esperança de que este imenso mercado irá relançar-se...



Yves Zlotowski
Economista-Chefe, Coface
Rémy Carasse
Economista, Coface

Economia do Brasil: Fragilidades Preocupantes?

Os índices de crescimento continuam a travar o lendário optimismo do povo Brasileiro. Em 2012, registou a actividade mais fraca entre os países BRICS (1) com 0.9% em comparação com uma média de 4.8% para todos os países emergentes. O 1º trimestre de 2013 foi novamente decepcionante, especialmente porque todos os observadores contavam com uma recuperação clara: a actividade cresceu uns meros 1.9% num ano. Esses decepcionantes números de crescimento foram exacerbados por uma inflação persistente: os preços de consumidor subiram mais 6.5% em Maio de 2013.

Esta quase-estagflação é uma das razões - entre outras - por detrás da agitação social generalizada que tomou conta do país desde meados de Junho de 2013. A estagflação acarreta um dilema para a política monetária: deve-se incentivar a recuperação e em conformidade diminuir as taxas de juros ou não seria melhor fazer o oposto e aumentá-los para combater a inflação, a qual tem sido sentida de forma particularmente forte pela população de um país que tem uma história dolorosa no que respeita ao aumento dos preços? Finalmente, a estagflação Brasileira é afectada por factores estruturais - o famoso "custo Brasil" - que se tornaram questões económicas: tensões no mercado de trabalho, perda de competitividade, deficiências de infra-estrutura... todos motivos para os problemas económicos do Brasil.

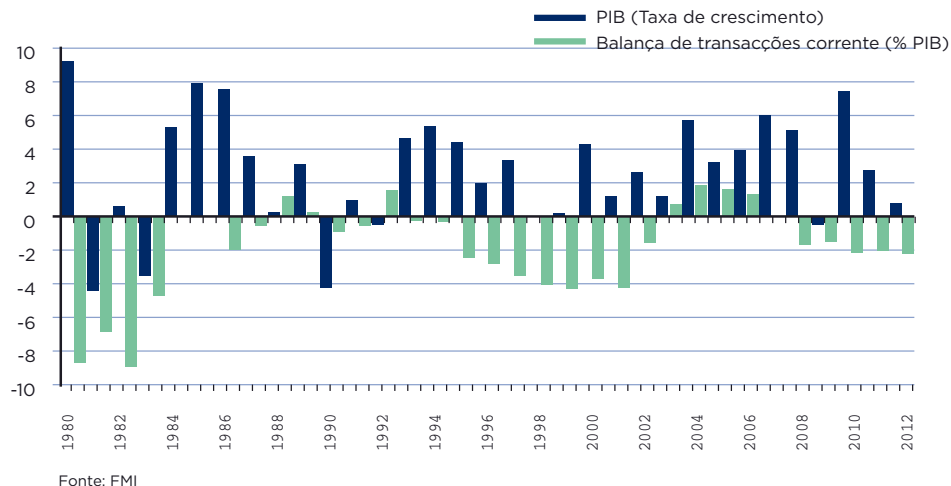
Estagflação - um cocktail preocupante

Ao contrário da lenda, e especialmente em relação a outros países emergentes, o Brasil é caracterizado por um crescimento potencialmente limitado: O PIB cresceu em média 3.6% entre 2000 e 2011, muito atrás da China (10.2%) e, claro, também da Rússia (5.3%). Este crescimento relativamente modesto é explicado por factores estruturais típicos da América Latina: baixa taxa de investimento em comparação com as economias Asiáticas (18% do PIB contra 45% na China). O crescimento do Brasil é, além disso, volátil, enquanto a

dinâmica da procura interna tende a agravar o défice em conta corrente que, em seguida, reajusta-se a si mesmo acentuadamente.

Em suma, o Brasil está habituado a altos e baixos, tal como demonstrado no gráfico 1, que relaciona a taxa de crescimento do PIB com o saldo da conta corrente desde 1980. Como podemos ver, após um recorde de prosperidade em 2010 - com o crescimento próximo de 8%, o que parecia um claro sobreaquecimento da economia - 2011 e 2012 foram, como esperado, anos de actividade mais moderada. Na essência, a componente cíclica tipicamente Brasileira explica a desaceleração observada.

GRÁFICO 1:
Crescimento do PIB (%) e balança de transacções correntes (% do PIB)



Fonte: FMI

(1) Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul

A actividade económica não correspondeu às expectativas internacionais

No entanto, o desempenho Brasileiro é preocupante: apesar do impressionante corte feito na taxa de juros pelo Banco Central, a actividade não correspondeu às expectativas. Entre Agosto de 2011 e Outubro de 2012, o Banco do Brasil foi capaz de reduzir a sua taxa de referência de 12 para 7.25%, um esforço notável mas, no seu conjunto, com resultados decepcionantes: no quarto trimestre de 2012, a economia cresceu a uma taxa média anual de 1.4% num contexto de persistente contracção do investimento.

Quanto à inflação, esta, despreocupadamente atravessou a barreira dos 6%. Por detrás desta falha em reanimar a economia reside um problema fundamental para o crescimento Brasileiro. Ao longo de 2012, o consumo das famílias permaneceu vigoroso, enquanto que o investimento das empresas diminuiu.

O Consumo – impulsionado pela queda do desemprego e um aumento constante do rendimento familiar em termos reais – impulsionou a actividade. Mas a oferta não conseguiu acompanhar a conseqüente procura. Este dilema é claramente ilustrado no gráfico 2 que compara as vendas no retalho (reflectindo o apetite do Brasil para o consumo) e a produção industrial (a qual mostra as muitas restrições que impedem o abastecimento); as vendas a retalho aguentaram em 2011 e 2012, enquanto que a oferta estava em declínio. Esta combinação de aparente desconexão entre a oferta e a procura é típico de situações de estagflação. Os dados do PIB para o primeiro trimestre de 2013 mostram uma inversão da tendência (colapso do consumo, retracção do investimento).

É difícil dizer se isto indica uma mudança sustentável no padrão de crescimento mas, em qualquer caso, a taxa de crescimento económico continua a desiludir.

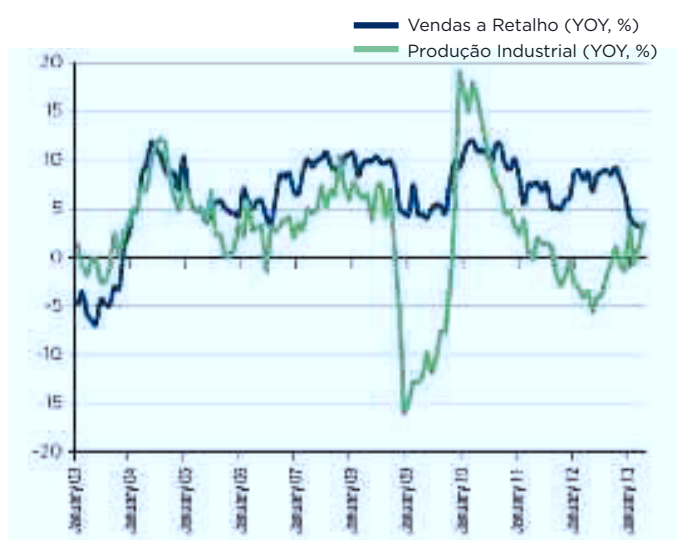
Serão o Banco Central e o Real os culpados?

É interessante notar que uma grande parte dos problemas de crescimento do Brasil foram imputados aos indicadores monetários: taxas de juros consideradas muito altas e uma apreciação inaceitável da taxa de câmbio. As taxas de juro não podem ser consideradas como uma ferramenta para pôr em marcha a economia em 2013.

O Banco Central acredita que tenha feito o suficiente e que a inflação já ultrapassou os limites aceitáveis (a meta é de 4.5% com uma margem de +/-2%). Em 6.5%, a inflação atingiu o limite superior ao imposto pelo Banco Central. Começou a subir novamente a partir de Abril de 2013 (com um novo aumento em Maio) com a taxa actualmente em 8%. Olhando para os empréstimos bancários, pode verificar-se que têm sido extremamente dinâmicos desde 2009; o crescimento anual de empréstimos subiu de 15 para 20%, e continuava a crescer +17% em Abril de 2013!

Os empréstimos bancários foram limitados em relação ao PIB (à volta de 50% comparado com 130% na China), mas não há dúvida de que a intermediação financeira cresceu substancialmente. A oferta de crédito tem, no entanto, uma caracte-

GRÁFICO 2:
Vendas a retalho e produção industrial (período homólogo, %)



Fonte: IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

(2) Durante o período de forte valorização, entre 2009 e 2011, as autoridades reagiram através da introdução de um imposto sobre as entradas de capital; o impacto nas taxas de câmbio afinal acabou por ficar limitado. Pensa-se, contudo, que este imposto tenha tornado possível alterar o tipo de entrada de capital a favor de menos investimentos especulativos estrangeiros directos. Este ponto é tratado em detalhe no Panorama de Risco País da Coface, relativo às alterações nos riscos dos países emergentes, publicado em Março de 2013; ver páginas 7 e 8 sobre controlo de capitais no Brasil.

terística especial que relativiza o apetite dos bancos, porque são realmente os bancos estatais que estão na origem deste dinamismo notável.

Isto ocorre porque a taxa de crescimento para os empréstimos de entidades públicas situou-se em 41% em Abril de 2013 contra 7% do sector privado (ou próximo de 0% em termos reais). Actualmente, a concessão de empréstimos dos bancos estatais representa 47% do total de empréstimos, dos quais 20% são para o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social). O importante papel desempenhado por empréstimos ao sector público tem as suas desvantagens.

Alguns observadores acham que o BNDES emprestou demasiado aos grandes industriais, sem realmente desempenhar o papel de credor em último recurso. Além disso, este avolumar do balanço do BNDES é um passivo contingente para o Estado. Mas, em qualquer caso, e considerando o seu contínuo dinamismo, os empréstimos reforçaram a actividade desde a crise.

Uma taxa de câmbio com uma trajectória surpreendente...

No que diz respeito à taxa de câmbio – um tema intensamente debatido no Brasil – a sua trajectória foi surpreendente. Entre 21 de Novembro de 2009 e o final de Julho de 2011, a moeda do Brasil valorizou quase 60% em relação ao dólar, por isso é relativamente fácil compreender o porquê das Autoridades Brasileiras acumularem as suas declarações contra a “guerra cambial” e contra a acção da Reserva Federal Norte Americana, a qual era vista como devastadora (2).

No entanto, desde Julho de 2011, a moeda perdeu 30% face ao dólar.

Em meados de Junho de 2013, influenciado por mudanças anunciadas para a política monetária norte-americana e manifestações em massa, a velocidade da depreciação da moeda Brasileira tornou-se uma preocupação. O nível das taxas de juro é um tema altamente sensível no Brasil: a indústria representa quase 23% do PIB e 40% das exportações. Indústria automóvel, aeronáutica, química ou sumo de laranja ... o país está presente em vários sectores. A ameaça da desindustrialização é uma questão crucial, tanto para o emprego como para o crescimento sustentado.

O desempenho da balança comercial do Brasil é cada vez mais decepcionante: de acordo com as previsões do Santander, o superávit cairá de \$19.4bn em 2012 para \$1.8bn em 2013 e irá lançar um défice em 2014. O saldo em conta corrente tem, além disso, estado em défice desde 2007 e está a aumentar constantemente. O saldo deverá ser inferior a -3% do PIB em 2013.

Embora tenha ocorrido de facto uma perda de competitividade industrial Brasileira, a taxa de câmbio não pode ser considerada a única responsável, visto que a louca apreciação da taxa foi interrompida por quase dois anos.

As razões, entretanto, têm de ser encontradas noutra lugar: desde meados de 2010, os custos unitários do trabalho aumentaram (+10% num ano em Abril de 2013), enquanto que a produtividade industrial diminuiu (-0.5%) em relação ao mesmo período (3).

A forte valorização da taxa de câmbio em geral tinha a desvantagem de acentuar a perda de competitividade industrial. Actualmente, a queda na taxa pode contribuir para pressões inflacionárias. No entanto, o aumento dos preços e a fraca actividade são o resultado de factores mais amplos do que movimentos excessivos do real - o qual é conhecido como "custo Brasil", a começar com custos laborais.

O mercado de trabalho é restrito...

A taxa de desemprego no Brasil caiu acentuadamente desde o início dos anos 2000, passando de 12.4% em 2003 para apenas 5.5% em 2012, e estabilizando nos 5.8% em Maio de 2013 (Gráfico 3).

Embora seja verdade que esta situação de quase pleno emprego seja uma âncora para o consumo das famílias, no entanto, poderia impulsionar os salários e acrescentar pressões inflacionárias e, ao mesmo tempo, colocar os lucros da empresa sob pressão.

Para além disso, o salário mínimo aumentou novamente 9% a 1 de Janeiro de 2013, e a taxa de desemprego, continua a estar abaixo da chamada taxa natural de desemprego - ou seja, a um nível compatível com a baixa inflação - estimado em cerca de 6%.

As tensões no mercado de trabalho não parecem melhorar, apesar do contexto de crescimento fraco que tem caracterizado o país desde meados de 2011. A produtividade também é decepcionante, devido,

principalmente, à falta de mão-de-obra qualificada e à preponderância do fraco desempenho em empregos no sector de serviços (4), o que, conseqüentemente, contribui pouco para o crescimento do país.

GRÁFICO 3:
Taxa de desemprego (%) e salários reais (Jan-03 = 100)

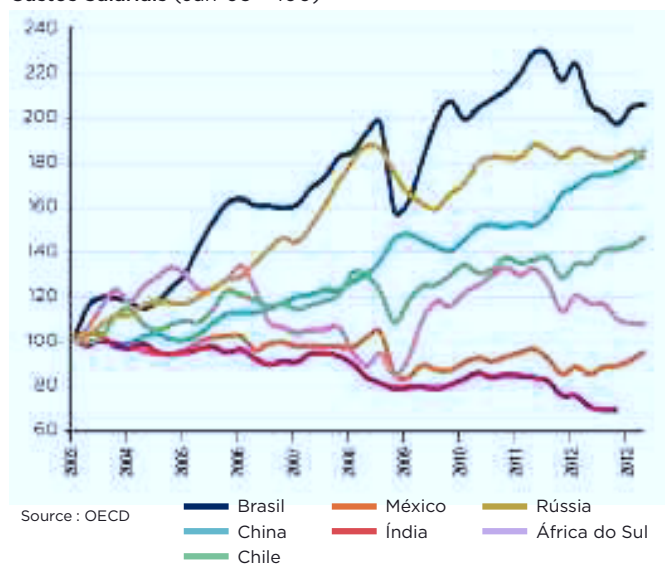


... os custos estão a aumentar...

A taxa de desemprego no Brasil caiu acentuadamente. Os aumentos salariais têm tido um grande impacto nos custos. Os custos no Brasil são uma tendência ascendente a longo prazo, o que afecta significativamente a indústria. Conseqüentemente, a produção industrial recuou 0.8% em 2012 (e novamente contraiu 0.3% em Maio de 2013 face ao trimestre anterior) enquanto o sector de serviços cresceu 1.7%. A razão é simples: os serviços não transaccionáveis são mais capazes de se adaptar ao aumento dos salários, uma vez que são capazes de transferir custos mais altos na forma de preços mais altos. A experiência passada do Brasil mostra claramente que os períodos de crescimento sustentado do país têm sido muitas vezes acompanhados por um dinamismo industrial significativo (Gráficos 1 e 2). As numerosas medidas adoptadas em 2012, no plano monetário e fiscal (5), foram, contudo, destinadas a limitar a perda de competitividade no sector industrial. Mas, este substancial aumento de 83% nos custos unitários do trabalho entre 2003 e 2012 (Gráfico 4) inegavelmente fez com que o país sofresse uma perda de competitividade em relação aos países vizinhos e às outras grandes economias emergentes. A diferença entre os custos horários de mão-de-obra é, em resultado, muito espectacular: em 2012, enquanto estes estavam limitados a apenas 2.2 dólares no México, 4.7 no Chile e 3.17 na China, eram um gritante 11.1 no Brasil!

Estas dinâmicas desfavoráveis do custo unitário tem pesado sobre a produtividade e o crescimento do Brasil, os quais têm vindo a abrandar ainda mais devido às infra-estruturas claramente deficientes.

GRÁFICO 4:
Custos Salariais (Jan-03 = 100)



(3) Pinheiro T. (2013), Brasil: regime de taxa de câmbio sob pressão, Santander, Strictly Macro, Junho 20.

(4) O sector dos serviços, em particular, beneficiou da queda do emprego informal: empregos formais representaram 66% do emprego total em 2012, em comparação com 57% em 2005.

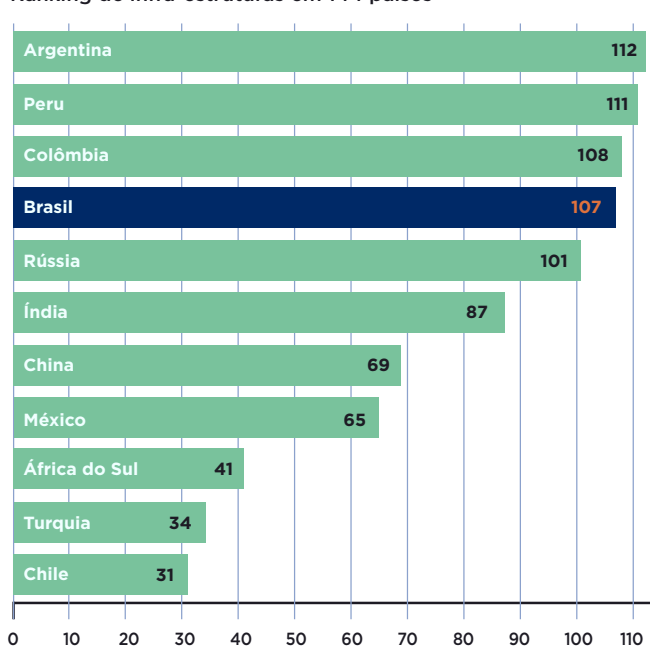
(5) Redução do IVA sobre electrodomésticos e automóveis; redução das despesas com pessoal em sectores de trabalho intensivo; estímulo monetário; desvalorização do real, etc.

... e as infra-estruturas são insuficientes.

O custo do trabalho não é o único obstáculo ao crescimento do Brasil. De acordo com os últimos números do BRICS relacionados com infra-estruturas (Gráfico 5), o Brasil está a lutar por melhorá-los, apesar dos vários projectos em fase de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Isto ocorre porque a qualidade das infra-estruturas rodoviárias, portuárias, aéreas e ferroviárias ainda é pobre. As autoridades estão, no entanto, empenhadas em aumentar ainda mais as despesas e estão a tentar incentivar, em grande escala, o investimento em infra-estruturas, especialmente relacionadas com os dois grandes eventos desportivos no horizonte.

Em 2012, a Presidente Dilma Rousseff anunciou um pacote de estímulos massivos com base em parcerias público/privadas e a abertura de concessões rodoviárias, ferroviárias e aéreas. Os investidores estão porém hesitantes, face à burocracia pesada e administrativa, à tributação excessiva e ineficaz, agravada por um desejo de maior controlo do Estado sobre a Economia. Existem, portanto, dúvidas persistentes quanto à capacidade interna do país para implementar os projectos de investimento anunciados, especialmente porque grandes projectos de investimento até à data não progrediram ao ritmo desejado, como mostrado pelos atrasos nos principais projectos lançados pelo ex-presidente Lula ou o progresso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), sobre o qual apenas 30% do orçamento previsto foi desembolsado em 2012. Estas deficiências crónicas de infra-estrutura, continuam a impedir substancialmente o crescimento do país.

GRÁFICO 5
Ranking de infra-estruturas em 144 países



Fonte : Fórum Económico Mundial

(6) O PAC2, lançado em 2010, é a continuação do primeiro Programa de Aceleração do Crescimento inaugurado por Lula em 2007, e visa investir em infra-estruturas, obras públicas e aquisição de equipamentos.

CONCLUSÃO

O famoso “custo - Brasil” tornou-se um problema premente para o país: a tensa situação do mercado de trabalho, a indústria enfraquecida pela sua falta de competitividade, e o esforço para o desenvolvimento de infra-estruturas.

O modelo de crescimento Brasileiro, até agora impulsionado pelo consumo, está aniquilado. Entretanto, o crescente custo de vida e o problema das infra-estruturas têm gerado grande descontentamento, evidenciado pelas manifestações em massa em meados de Junho de 2013.

A cura para a estagflação do Brasil reside, não na política económica, mas em reformas para melhorar a educação e, assim, aumentar o número de trabalhadores qualificados. Além disso, deve haver um esforço para melhorar as infra-estruturas, se o país quiser evitar problemas. No entanto, este é um remédio difícil, e os resultados só serão visíveis a longo prazo.

Enquanto isso, a população está a ficar impaciente

ENTREVISTA

Cristiano Souza
Economista, Santander

« Não me parece provável uma crise na balança de pagamentos »

O PIB Brasileiro tem vindo a crescer a um ritmo lento, 0.9% em 2012 e 0.6% no primeiro trimestre de 2013 comparado com o anterior quarto trimestre. Qual é a principal razão para este desempenho?

O desempenho do PIB tem sido influenciado pela fragilidade de dois componentes: o investimento e o consumo doméstico. O primeiro contraiu 4% em 2012 devido à redução da confiança dos investidores e ao aumento do custo da maquinaria importada, como resultado da depreciação da taxa de câmbio. O segundo sofreu com o abrandamento do crescimento do crédito (em resposta à elevada taxa de incumprimento) e mostrou perda de forças em 2012. Os investimentos aumentaram no início de 2013 como consequência da recuperação da produção de camiões. Por outro lado, o consumo privado tem, adicionalmente, vindo a desacelerar, associado à elevada taxa de inflação. Ao mesmo tempo as importações têm vindo a crescer, reflectindo-se negativamente no crescimento do PIB.

Qual é a sua perspectiva para o crescimento do PIB em 2013 e 2014?

Prevemos um crescimento de 2.3% em 2013 e de 2.1% em 2014.

A inflação superou o tecto máximo de 6.5% várias vezes este ano. Qual é a perspectiva para o segundo semestre de 2013 e para 2014? O que explica este comportamento?

Na nossa opinião, a inflação poderá mostrar algum abrandamento no segundo trimestre de 2013, enquanto os preços dos alimentos continuarem com uma tendência de enfraquecimento. No entanto, a procura por serviços deve continuar a exercer pressão sobre os preços de indústria, algo que deverá ser intensificado pela desvalorização da moeda. Ambos os efeitos garantem uma inflação de 6% este ano e de 6.4% em 2014.

Considerando as políticas macro, o governo está a intervir na economia (com o protecçãoismo comercial e medidas de redução fiscal em sectores sensíveis). Serão estas políticas eficientes para impulsionar o investimento?

As recentes intervenções têm gerado incerteza e isso pode ser notado com a queda da confiança dos investidores. Por outro lado, há sinais de que o governo pretende aumentar o investimento nas infra-estruturas através do sector privado (concessões). Este seria um mecanismo eficiente a médio e longo prazo para reduzir os custos no Brasil e impulsionar a produtividade.

Como é que acha que o Governo se comportará, em termos de políticas macro, no segundo semestre de 2013 e em 2014?

O governo deve focalizar-se na política monetária, aumentando a taxa Selic (taxa de juro de referência) para 9% até ao final deste ano, numa tentativa de conter a inflação. Tendo em vista o efeito das isenções fiscais sobre o imposto de rendimento, a política fiscal não deve reverter a sua tendência expansionista. Neste cenário, as concessões devem desempenhar um papel importante para o investimento, uma vez que são geridas da forma mais eficiente possível.

O rácio de investimentos/PIB fechou 2012 com apenas 18.1%, um valor abaixo ao reportado em 2011. Qual a principal razão para esta contracção?

O investimento caiu 4% em 2012 devido à redução da confiança dos investidores e ao aumento do custo de maquinaria importada, devido à depreciação da taxa de câmbio.

Qual seria a taxa de investimento ideal para que o país pudesse crescer a um ritmo mais elevado e sustentável?

Os nossos estudos mostram que a cada 4 pontos percentuais no rácio de investimento/PIB, o potencial de produto cresce 1 ponto percentual. Por isso, se quisermos igualar o desempenho dos nossos vizinhos latino-americanos, que têm apresentado crescimento consistente entre 5% e 6% nos últimos anos, necessitaríamos de uma taxa de investimento de 25% para 26% do PIB.

A inflação pode registar um abrandamento no segundo trimestre de 2013.

A falta de trabalhadores qualificados é uma queixa recorrente dos empresários. Como elevar o nível educacional no curto prazo?

A educação não é um problema que possa ser resolvido a curto prazo. Os países que experimentaram uma aceleração no crescimento devido ao investimento na educação, tal como a Coreia do Sul e Taiwan, levaram

ENTREVISTA

duas décadas para colher os frutos de investimentos no sector. A falta de trabalhadores qualificados poderá ser resolvida, no curto prazo, como sempre foi: com o treino no local de trabalho, o que é dispendioso para as empresas.

Quais são os principais sectores promissores da economia no curto prazo?

Os sectores que estão mais protegidos da concorrência internacional, como os serviços, podem manter a sua rentabilidade. Para além disso, um mercado de trabalho estimulado deve ser o principal factor de impulso ao crescimento. Se os projectos de infra-estruturas estão bem encaminhados, os sectores relacionados devem também mostrar um melhor desempenho.

Que sectores podem encontrar dificuldades?

Face às incertezas externas, acompanhado pelo menor crescimento da China, os sectores que dependem mais das exportações ou das indústrias, que enfrentam a dura concorrência dos produtos importados, devem ser os mais afectados negativamente.

O desempenho da balança comercial tem vindo a cair nos últimos meses, devido ao maior crescimento das importações em comparação com as exportações. Qual a principal razão para este comportamento? Para além disso, o défice na conta de serviços aumentou no mesmo período; portanto, verificámos défices recorde na conta corrente. Na sua opinião, existe alguma possibilidade de enfrentarmos uma crise na balança de pagamentos?

Existem três razões que explicam a queda do excedente comercial. A primeira é o lento crescimento Chinês, que tem contribuído para a queda dos preços nos produtos e para a estagnação das transacções (rácio de preços de exportação e preços de importação) do Brasil. A segunda, a procura de produtos Brasileiros é em si própria robusta, devido ao lento crescimento global. Existe também o caso especial da Argentina, que tem criado barreiras às importações. Em terceiro, a procura

permanece forte, apesar do baixo crescimento do PIB. Com a absorção interna (a soma do consumo das famílias, o consumo do governo e o investimento) a crescer acima do PIB, há uma parte que é compensada pelas importações. Estes três factores contribuíram para o fraco resultado na balança comercial em mais de uma década.

Mesmo com défices maiores nas transacções correntes e o receio de uma reversão da política monetária nos EUA, não parece provável uma crise na balança de pagamentos. Os fluxos de investimento continuam a compensar o défice na conta corrente e as reservas internacionais permanecem em níveis historicamente elevados.

Finalmente, como antevê que se comporte a taxa de câmbio no segundo semestre de 2013 e em 2014?

Estimamos que a taxa de câmbio termine 2013 em R\$2.10/US\$ e, em 2014, em R\$2.30/US\$. Parte desta pressão provém de contas externas, porém não é um sinal de crise na balança de pagamentos, elas já não apresentam a abundância de recursos que foram utilizados em anos recentes. Outro factor que causa a depreciação é a mudança de direcção da política monetária nos EUA, que deverá continuar a valorizar o dólar enquanto a Reserva Federal reduz a compra de activos.

Se quisermos igualar o desempenho dos nossos vizinhos latino-americanos, que têm apresentado um crescimento consistente entre 5% e 6% nos últimos anos, necessitaríamos de uma taxa de investimento de 25% para 26% do PIB.





Dominique Fruchter
Economista Sênior, Coface

Uma sociedade sob pressão

A pobreza e a desigualdade diminuíram no Brasil nas últimas décadas.

No entanto, as grandes manifestações no verão de 2013 mostraram que as razões para o descontentamento não desapareceram, uma vez que ainda existem elevados níveis de desigualdade. Os partidos políticos esforçam-se por dar uma resposta à procura da classe média, a qual não se contenta apenas com a sociedade de consumo.

Com a perspectiva de vários eventos internacionais importantes (Jornada Mundial da Juventude, Copa do Mundo, Olimpíadas), a Presidente Dilma Roussef tem mostrado disponibilidade para ouvir. Ela tem popularidade suficiente, especialmente entre a classe média, que agora é a maioria, para permitir que, pelo menos parcialmente, imponha as mudanças necessárias para ir ao encontro das expectativas.

Clara redução da desigualdade e da pobreza...

O aumento do PIB per capita tem sido notável (de \$7221 em 2007 para \$11490 em 2012) graças, principalmente, ao aumento substancial dos salários reais (crescimento médio anual de 11% entre 2007 e 2011), e ao aumento ainda maior do salário mínimo (+66%), o crescimento do emprego com contrato, o desenvolvimento da segurança social e a estabilidade macro-económica.

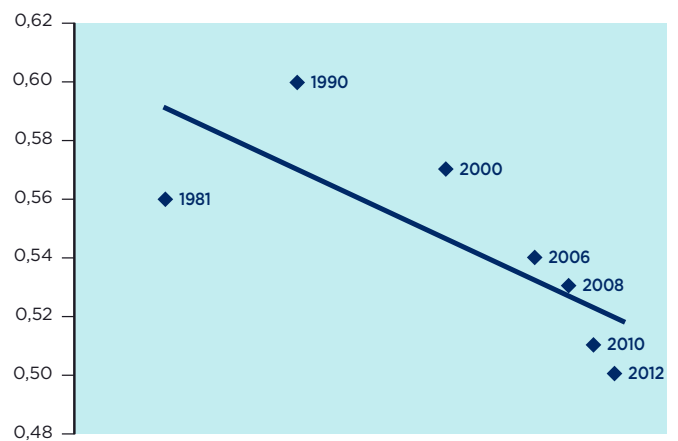
A rápida expansão do crédito também tem desempenhado um papel importante. A melhoria tem sido maior para as regiões e para os grupos que tinham atrasos mais significativos: o Nordeste, os camponeses, as famílias numerosas e a população negra. A redução da desigualdade tem sido significativa: o índice de Gini (que mede a desigualdade de rendimento) melhorou nitidamente de 0,57 em 2000 para 0,51 em 2012. Isto permitiu o acesso ao consumo por um segmento maior da população.

A redução da pobreza começou há 12 anos em 2001 com as primeiras medidas adoptadas durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. O principal programa “Bolsa Família” de ajuda condicional estabelecida em 2003 pelo Presidente Lula permitiu às famílias mais pobres receber uma quantia média de 120 reais por mês (entre 32 e 306 reais dependendo do rendimento e da composição do agregado familiar), com a condição de que as crianças frequentassem a escola e seguissem os programas de vacinação obrigatória.

Os montantes atribuídos foram aumentados em 2011 pela Presidente Dilma Rousseff como parte do programa Brasil Sem Miséria, uma expansão do programa anterior e, em seguida, novamente em 2012 com o programa Brasil Carinhoso.

O número de beneficiários é estimado em 36 milhões em 2013, ou seja, um quinto da população. Outro programa, o

GRÁFICO 1:
Redução da desigualdade de rendimentos
Alterações no coeficiente de Gini



Fontes: SEDLAC, Banco Mundial

Benefício de Prestação Continuada, é uma pensão não contributiva paga a pessoas idosas pobres e a pessoas com deficiência.

A pobreza extrema (pessoas que vivem com menos de 70 reais por mês) caiu drasticamente: em 2002, de acordo com o Instituto Brasileiro de Pesquisa Económica Aplicada (IPEA), 14% dos Brasileiros viviam abaixo da linha de pobreza extrema, em 2009 eram 9%.

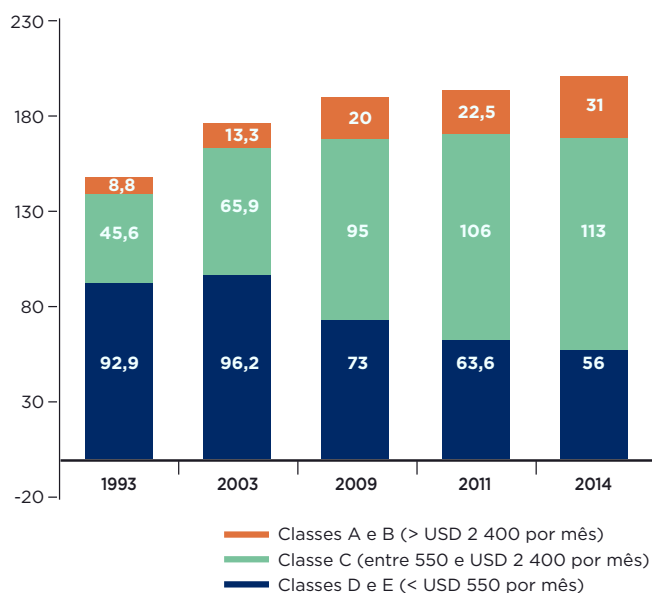
Com a extensão dos programas de ajuda, o governo estima que todos aqueles registados sob o Cadastro Único, outra medida emblemática no combate à pobreza, tenham sido retirados da pobreza extrema. Ainda existem, no entanto, 700.000 famílias de baixo rendimento não registadas. Dois terços destas considera-se que estejam localizadas no Nordeste e pensa-se que metade sejam jovens.

A última década assistiu à ascensão de uma vasta classe média chamada de classe C, ou classe média baixa (no Brasil o rendimento está dividido em cinco níveis de A a E). Entre 2003 e 2012, cerca de 35 milhões de Brasileiros passaram de níveis de rendimento D e E para o nível C. Esta última categoria representa 55% (contra 34% em 2005) da população do país, com rendimento familiar mensal entre 500 e 1000 euros, enquanto que o salário mínimo equivale a apenas 678 reais (230 euros).

O aumento do emprego foi o factor decisivo; a taxa oficial de desemprego caiu e estabilizou um pouco acima de 5% da população economicamente activa.

Além disso, o programa de habitação de baixo custo denominado “Minha casa, minha vida”, introduzido no final de 2009, visou reduzir o défice habitacional e destinava-se a famílias que ganhavam menos de 5,000 reais por mês. No final de 2012, um milhão de famílias tinha-se instalado em habitações financiadas por este programa.

GRÁFICO 2:
Distribuição da população por classe de rendimento (em milhões)



.... Mas persistem motivos para o descontentamento social...

As manifestações no Verão de 2013, que reuniram vários milhões de pessoas nas maiores cidades do país, foram as maiores desde aquelas que levaram à partida do Presidente Collor de Melo em 1992 e são um bom exemplo da persistência das tensões sociais.

A tradicional calma do povo Brasileiro, a sua suposta aceitação das desigualdades e o seu bom humor inesgotável, afinal atingiram o limite.

De facto, activistas de extrema-esquerda participaram, mas a imensa maioria dos manifestantes pertencia à classe média, a qual representa agora a maioria da população do Brasil. Os estudantes estavam bem representados.

O pleno emprego, o acesso à sociedade de consumo e os eventos desportivos já não são suficientes, especialmente porque o crescimento está a abrandar, a dívida das famílias está a atingir os seus limites, a inflação, uma má lembrança da década de noventa, está a acelerar e certos rendimentos são apenas suficientes para se manter o aumento dos preços, os quais, têm sido aplicados principalmente em comida e serviços. Infra-estruturas públicas deficientes – os transportes acima de tudo – um dos principais factores de queixa e, para além disso, a frustração quotidiana das classes médias.

O que desencadeou as manifestações foi o aumento do custo de transporte público em São Paulo (de 3 para 3.2 reais) e no Rio. A dureza da repressão policial nos primeiros dias, com o uso de bombas de gás lacrimogéneo, balas de borracha e canhões de água, reforçou a determinação dos manifestantes.

O facto dos protestos persistirem após o anúncio da abolição do aumento do preço de transporte, indica que o descontentamento vai muito além do custo de transporte.

... o sistema público de educação e de saúde apresenta claras fragilidades

O custo de construção das instalações desportivas (17 biliões de dólares), necessárias para os grandes eventos desportivos que o país vai acolher, respectivamente em 2014 e 2016, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, é considerado excessivo, enquanto que a educação e os serviços de saúde precisam desesperadamente de fundos sob pena de detrimento da sua qualidade.

Eles questionam a utilidade dos grandes estádios, que poderão vir a ser elefantes brancos como o de Manaus, planeado para 63.000 espectadores, enquanto que os jogos de futebol locais atraem apenas algumas centenas de pessoas.

O Ensino Superior Público, que escoar grande parte do dinheiro público destinado à educação, é de alta qualidade e muito selectivo, mas, para ser capaz de entrar para o ensino superior, é preciso ter tido uma excelente educação primária e secundária.

Mas o sistema público de ensino primário e secundário é medíocre. Os professores são mal remunerados, pelo que, as pessoas talentosas não são atraídas para a profissão. Os resultados dos alunos brasileiros nos testes realizados no contexto de pesquisas internacionais não são conclusivos. Existem escolas privadas, mas são muito caras para a maioria das famílias.

O sistema público de saúde é afectado pelos mesmos problemas. Essas deficiências são ainda mais surpreendentes, uma vez que as contas de despesas públicas são de 40% do PIB, o que é elevado para um país emergente. Tudo isto levanta questões sobre a eficácia dos gastos públicos.

Outro motivo de descontentamento reside na corrupção e, mais especificamente, nas insuficiências da governação.

O desempenho do país é apenas um pouco melhor do que a média mundial. Depois de ter melhorado, a sua classificação estabilizou numa posição intermédia.

A corrupção diminuiu, mas permanece ainda muito significativa. Assim, apesar dos controles, o programa

“Minha Casa, Minha Vida” não está isento de corrupção, defeitos de construção, mediocridade dos locais e falta de mão-de-obra qualificada.

Políticos de alto nível foram considerados culpados em 2012 no contexto do escândalo “mensalão”, embora não tenham sido detidos até ao momento.

Banco Mundial 2012 indicadores	Opinião e responsabilidade	Estabilidade política	Eficácia governamental	Qualidade regulamentar	Estado de Direito	Controlo da corrupção
BRASIL	78	115	95	94	96	79
CHILE	41	75	35	15	26	18
URUGUAI	34	50	65	76	63	30
MÉXICO	100	159	78	84	131	116
COLÔMBIA	119	187	80	83	112	114
ARGENTINA	91	99	109	159	143	123
ÍNDIA	88	186	97	127	102	138

E a desigualdade nos rendimentos continua a ser elevada.

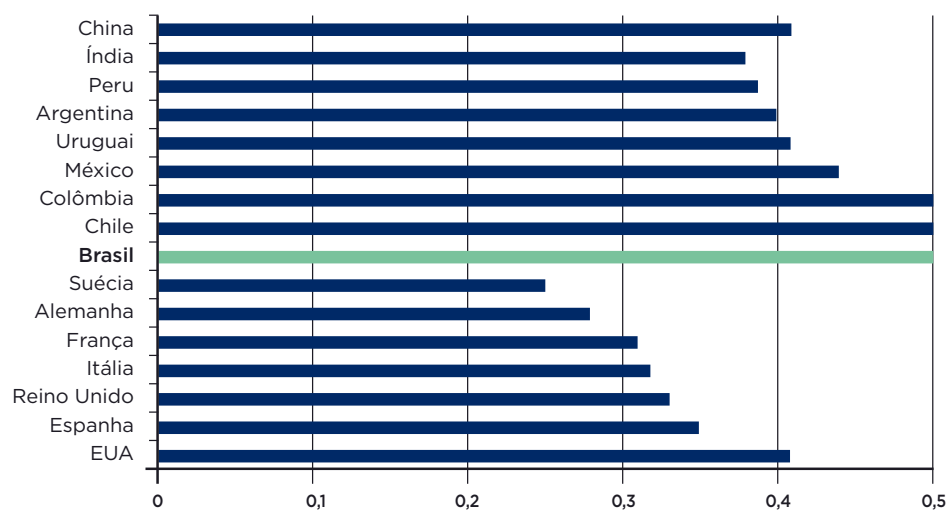
Apesar de se verificar uma redução, as desigualdades continuam a ser significativas. O coeficiente de Gini, embora melhorado, continua a ser um dos mais altos entre os países emergentes. Os 10% mais ricos recebem 45% do rendimento enquanto os 10% mais pobres têm de se contentar com 1%.

As desigualdades ocorrem tanto no mercado privado como na esfera pública, onde altos funcionários ganham mais do que os seus homólogos em países avançados. Uma grande maioria (38% em 2012) das deduções obrigatórias (IVA, contribuições para a segurança social) não aumentou com o aumento do rendimento e o IVA é regressivo. Os mais carenciados beneficiaram pouco do

programa de habitação social, “Minha Casa, Minha Vida”, o que explica porque 11 milhões de pessoas ainda vivem em favelas. Apenas 45% das cláusulas dizem respeito às famílias que ganham menos de 1.600 reais por mês.

As desigualdades levam à significativa violência nas áreas urbanas, em grande parte ligada ao tráfico de droga. Isto não se limita apenas às favelas de São Paulo e Rio de Janeiro, onde, além disso, diminuiu significativamente (o que se deve sem sombra de dúvida à acção policial nas favelas mais próximas das áreas turísticas, com vista à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos) e está a assumir o controlo da zona economicamente menos desenvolvida do Nordeste do país, onde a taxa de homicídios por 100.000 habitantes pode chegar aos 50 ou 60 (média nacional: 26).

GRÁFICO 3:
DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS - COEFICIENTE DE GINI



Fontes: SEDLAC, Banco Mundial

As tensões permanecem igualmente fortes nas áreas rurais e florestais.

Conflitos episódicos ocorrem entre as milícias armadas dos proprietários de terras e camponeses pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A procura de novas terras no norte, próximo de futuros portos, enquanto que os já situados no Centro-Oeste já estão ocupados por dispendiosos criadores de gado, é mais um motivo de disputa. A ambição Chinesa de comprar terras para cultivar soja e milho, que depois serão processados na China, pode agravar a situação. No entanto, até ao momento, as autoridades locais e federais mostraram-se relutantes.

A chegada de agricultores e de empresas de exploração mineira à Amazónia onde estão concentradas 900.000 pessoas indígenas, também é uma fonte de conflito. As suas reservas, que cobrem 100 milhões de hectares (1/8 da superfície do país), são altamente cobiçadas. Contudo, a galopante taxa de desflorestação diminuiu consideravelmente com a adopção de mais legislação protecctionista, protecção que é, no entanto, relativa porque, se uma empresa não cumprir a sua obrigação de deixar um cota parte de terra virgem, pode compensar a diferença ao comprar um certificado de uma outra que tenha um excedente. Esta política comercial conduz a grandes disparidades entre estados federados.

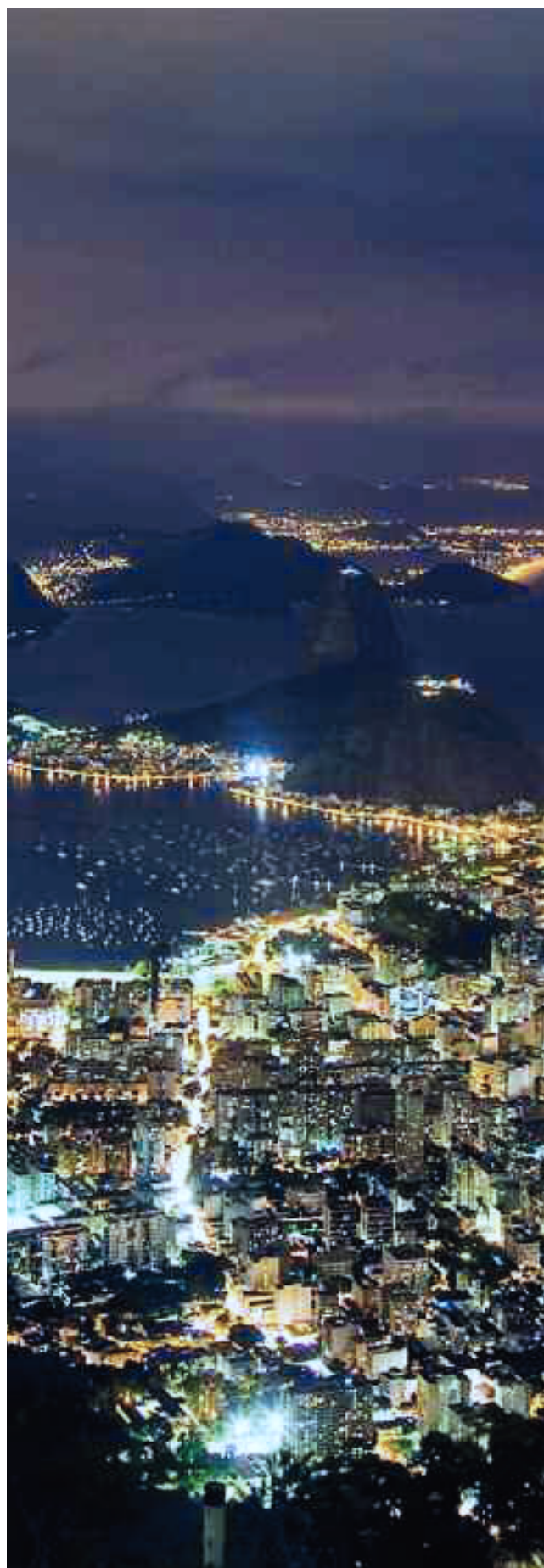
Uma resposta política difícil mas real

As manifestações são espontâneas e não são uma resposta a nenhuma instrução política. Não surgiu nenhum líder. A sua escala de crescimento é explicada pelo uso de meios de comunicação social. Os manifestantes expressam a sua desilusão particularmente com as instituições políticas, administrativas e financeiras, acusadas de favorecer a elite. Apesar da chegada ao poder de um governo de centro-esquerda, em 2003, bem como a nomeação de ex-sindicalistas e de mulheres para o governo, as figuras políticas não sofreram alterações significativas.

A falta de mudança deve-se ao sistema eleitoral (representação proporcional para os deputados) e o financiamento privado de campanhas, que favorecem aqueles com substanciais recursos financeiros ou apoio familiar. Nenhuma das partes parece lucrar com o movimento. Para além disso, as suas reacções, inclusive as da oposição, demonstram vergonha e discrição.

Dilma Rousseff, eleita na segunda volta das eleições presidenciais de 31 de Outubro de 2010 com 56.5% dos votos, depressa declarou a sua simpatia pelos manifestantes e expressou a sua determinação em tomar em conta as suas exigências.

Apesar das suas convicções como ex-activista no período de ditadura militar no Brasil, a realização da Jornada Mundial da Juventude no final de Junho, organizada pela Igreja Católica, com os seus grupos de jovens de todo o mundo, pode ter desempenhado um papel na sua atitude. Comprometeu-se a garantir que as receitas do petróleo seriam destinadas à educação e ao sistema de saúde, reforçado pelo recurso a mais profissionais estrangeiros. Antes dos protestos, as



autoridades já tinham anunciado a sua intenção de contratar 6.000 médicos cubanos para o preenchimento de posições vagas no Nordeste e na Amazônia. 50 mil milhões de reais serão dedicados aos transportes públicos. Um plebiscito pode ser realizado sobre as reformas institucionais, a fim de ser adoptado pelo Congresso, especialmente em matéria eleitoral.

Continua por analisar se a coligação no poder irá apoiar estas novas orientações políticas que são bastante vagas. Por enquanto, apenas o primeiro compromisso recebeu um voto positivo no Senado.

A presidente tem uma grande maioria em ambas as casas do Congresso: 72% na Câmara dos Deputados (ou 51 para 73 lugares) e 76% no Senado (62 senadores para 82 lugares) no âmbito de uma coligação de 11 partidos, entre eles o da Presidente, o Partido Trabalhista (PT), o PMDB e o PSD.

A oposição reduz-se ao Partido Social-Democrata Brasileiro (PSDB), os Democratas (DEM) e ao Partido Popular Socialista (PPS), os três representados por 111 deputados e 18 senadores. O Partido Verde, cuja candidata, Marina Silva, ficou em terceiro lugar na primeira volta das eleições presidenciais com 20% dos votos, permanece independente.

A maioria presidencial regula 16 de 27 estados federados. A oposição tem, no entanto, segurado São Paulo e Minas Gerais. As eleições municipais de Outubro de 2012 não alteraram esta situação. As eleições para prefeito de São Paulo foram vencidas por Fernando Haddad (PT) contra José Serra.

Uma maioria presidencial fragmentada, mas Dilma continua a ser popular

Depois de um começo fácil do seu mandato no cargo, a Presidente sofreu uma série de contratemplos. O mais significativo é o conhecido “Mensalão” caso perante o Supremo Tribunal, no qual cerca de quarenta líderes do Partido Trabalhista que se tornaram parlamentares ou ministros foram processados.

A maioria dos acusados foi finalmente condenada em Outubro de 2012, de terem comprado votos parlamentares graças ao dinheiro proveniente de empresas estatais durante o governo de Lula. Dilma Rousseff teve de se separar de vários ministros envolvidos. No entanto, até ao final de Junho de 2013 nenhum foi detido.

A Presidente tem muito que fazer para preservar a unidade da sua coligação, a qual reúne uma dezena de partidos em que a disciplina é limitada e a participação de mulheres reduzida.

Ela tem de ter em mente estas sensibilidades, quando repartir os cargos no seu governo. Os lobbies, particularmente os da agricultura, são poderosos.

A aprovação de uma lei é frequentemente difícil. Este foi o recente caso da lei florestal e a nova distribuição das receitas do petróleo pelos governos locais.

Esta última terá de ser modificada para corresponder a um novo compromisso feito pela Presidente.

Será Dilma Rousseff capaz de utilizar a sua popularidade pessoal para persuadir?

O seu índice de aprovação caiu com o aumento da agitação social. Mas, nas próximas eleições presidenciais em Outubro de 2014, será capaz de contar com o apoio da classe média, a qual lhe deve uma boa parte do seu enriquecimento.

Além disso, 51% das pessoas declararam que tinham a intenção de votar nela, os seus principais opositores, Marina Silva, do Partido Ecologista em terceiro lugar nas últimas eleições e Aécio Neves do PSDB, ganharam menos de 15% das intenções de voto.

A oposição não tem candidatos credíveis para as próximas eleições. O risco de assistir ao aparecimento de candidato na sua coligação é pequeno, já que, por enquanto Dilma continua a ser o melhor trunfo de reeleição do Partido Trabalhista.



CONCLUSÃO

As exigências dos manifestantes são qualitativas e quantitativas por natureza. Dizem respeito à prática política, à educação, saúde, transportes e habitação.

Embora a Presidente diga que está determinada a responder às exigências, as respostas, inevitavelmente, levam tempo.

ENTREVISTA

Fernando Figueiredo

Presidente Executivo, Abiquim*

«Tenho a certeza de que estamos agora a começar a construir a indústria do ano 2030»

Qual é a dimensão da indústria química no Brasil e a sua posição num contexto global?

Em termos globais, os últimos números consolidados referem-se a 2011. A indústria química brasileira, com um volume de negócios de 157 mil milhões de dólares ocupa a sexta maior posição no mundo. No mesmo período, o mercado local (produção mais importações menos exportações) teve um valor estimado de 183 milhões de dólares. A diferença entre o que a indústria produziu e a efectiva procura de mercado, criou um défice de 26.5 milhões de dólares em 2011. Em 2012 o défice chegou aos 28.1 milhões de dólares e em 2013 a expectativa é superar 30 milhões de dólares. Hoje em dia cerca de um terço do mercado químico é ocupado por produtos importados.

Actualmente quais são os principais desafios da indústria química?

A indústria química tem quatro desafios principais: o preço das matérias-primas, o custo da energia, o elevado custo de investimento em maquinaria, equipamento e serviços de engenharia e o baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento.

Certamente, o principal desafio para a indústria química são os custos elevados das matérias-primas. O gás no Brasil, por exemplo, custa 4 vezes mais que nos Estados Unidos, e quase 50% mais que o preço no Mercado Europeu. Para além disso, estima-se que o investimento numa nova fábrica no Brasil seja 25% superior ao custo na Ásia e 10% se considerarmos os Estados Unidos. Finalmente, as empresas brasileiras investem aproximadamente 0.7% da facturação em pesquisa e desenvolvimento, enquanto a média global é de cerca de 2%.

Como se comportará esta indústria em 2013?

Ao longo dos últimos 20 anos, com poucas excepções, o mercado de produtos químicos no Brasil tem vindo a aumentar 25% em relação ao PIB local. Em 2012, o mercado estagnou, mas a produção aumentou em 2.8%, substituindo parte do volume importado. No entanto, no primeiro trimestre de 2013, o mercado cresceu uns impressionantes 7.1% (apesar do fraco desempenho do PIB), mas a produção caiu em 1.3%. A nossa previsão é regressar a níveis normais em 2013 e expandir 25% acima do PIB, com a produção a acompanhar este desempenho.

A indústria química é conhecida pelo elevado consumo de energia. A recente redução na tarifa de energia eléctrica, promovida pelo governo causou algum impacto relevante sobre os custos das empresas?

Sim, o custo de energia reduziu entre 17% e 25%, no entanto, como mencionei anteriormente, ainda é 50% superior aos Estados Unidos da América.

Os EUA já consolidaram a sua liderança através da exploração de gás de xisto, que reduziu o custo de energia. Poderá a adopção deste modelo melhorar a competitividade local no Brasil?

O avanço tecnológico que permitiu a exploração económica do gás de xisto nos Estados Unidos está a revolucionar a indústria petroquímica a nível mundial. Especialistas dividem-se entre os que acreditam que o fenómeno poderia ser repetido noutras partes do mundo e os que consideram o gás de xisto um fenómeno exclusivamente Americano.

Muitos artigos foram escritos sobre o assunto, e continuarão a ser escritos, mas uma coisa é absolutamente verdadeira: o gás de xisto Americano revolucionou a indústria petroquímica global.

A notícia no Brasil é boa: desconhecemos se temos gás de xisto, mas a Agência Nacional de Petróleo (ANP) vai licitar em Outubro as primeiras áreas a empresas interessadas na sua exploração.

No entanto, melhor do que isto é a produção de gás natural resultante do pré-sal (1): Especialistas estimam que a produção de gás natural irá duplicar em 2020, se os campos localizados no pré-sal forem explorados.

O que o Brasil precisa de fazer é seguir o exemplo Americano: Utilizar a descoberta do gás para estimular a produção de químicos que criem um valor correspondente a 6-7 vezes o valor do gás.

Certamente, o principal desafio para a indústria química são os custos elevados das matérias-primas. O gás no Brasil, por exemplo, custa 4 vezes mais que nos Estados Unidos e quase 50% mais que o preço no Mercado Europeu.

(1) Pré-sal: Descoberta em 2007, a camada pré-sal é um grande depósito de petróleo localizado abaixo do leito do mar, com um volume de aproximadamente 50 mil milhões de barris, e abrange uma área de 800 km entre o estado de Espírito Santo e Santa Catarina, a cerca de 100-300 km da costa.

ENTREVISTA

A simples exportação do gás não está nos planos dos Estados Unidos e não deverá estar nos planos do Brasil.

No que diz respeito à Europa, existe uma visão paranóica de que a exploração do gás de xisto é prejudicial ao meio ambiente e a sua exploração ainda está em discussão.

Os norte-americanos mostraram que a questão ambiental pode ser resolvida. Para além disso, os investimentos no sector ambiental têm crescido muito nos Estados Unidos. Não seria surpresa, para mim, que um dia a Polónia iniciasse a produção de gás de xisto, uma vez que detém esse recurso natural, tornando-se independente da Rússia.

Para além dos elevados custos da eletricidade e gás natural, a escassez de trabalhadores qualificados também é uma realidade no Brasil. Na sua opinião qual seria a melhor forma de lidar com isso?

Para a actual dimensão da indústria química, não há escassez de trabalhadores qualificados. O problema só poderá ocorrer se forem feitos os investimentos previstos pelo Pacto Nacional da Indústria Química (2) de \$ 167 mil milhões de dólares. A indústria química emprega actualmente 400 mil funcionários. Se os investimentos forem feitos, precisaremos de mais do dobro do número de trabalhadores, os quais não existem actualmente, no Mercado.

Estamos em conversações com o Senai⁽³⁾ e a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial para a realização de um estudo detalhado sobre a procura efectiva e o perfil dos profissionais necessários para conseguir a qualificação.

Para além disso, não há falta de recursos financeiros para realizar um programa de treino desta dimensão, porque o governo federal destinou recursos, e o Senai está tecnicamente bem preparado para implementar o programa. É um grande desafio, mas penso que podemos superá-lo.

O avanço tecnológico que permitiu a exploração económica do gás de xisto nos Estados Unidos está a revolucionar a indústria petroquímica a nível mundial.

(2) Pacto Nacional da Indústria Química – estudo conduzido em 2010 pela Abiquim. Define o compromisso de indústria com desenvolvimento económico e social do país e aponta os principais obstáculos que tornam lentas as decisões dos investidores nacionais e estrangeiros para expandir os negócios na indústria química Brasileira.

A simples exportação do gás não está nos planos dos Estados Unidos e não deverá estar nos planos do Brasil.

A 23 de Abril o Governo anunciou a redução nos impostos sobre as matérias-primas. Poderá esta medida aumentar os investimentos ou a retoma de projetos que tinham sido adiados?

A isenção de impostos na compra de matéria-prima a partir da primeira e segunda geração petroquímica, foi uma decisão crucial para a indústria química, no entanto, não deve causar um efeito imediato sobre o investimento.

Deixe-me explicar: a indústria química tem vindo a operar com reduzida utilização de capacidade (cerca de 80% nos últimos seis anos), quando o ideal é operar a 95%.

Assim, este imposto vai aumentar a capacidade de utilização para níveis acima dos 90%, o que, quando alcançado, vai incentivar as empresas a pensar em novos investimentos.

Como tem o cenário de falta de competitividade, elevadas taxas de juros e aumento das importações afectado os balanços das empresas?

Teve impacto de várias maneiras. Tem sido cada vez mais difícil gerir o aumento dos custos associados à manutenção das actividades produtivas e a margem operacional também foi esmagada.

Em relação às taxas de juro, como a indústria é de capital intensivo, esta torna-se uma variável muito importante e preocupante em dois aspectos: sobrecarrega aqueles que fizeram investimentos nos últimos anos e desencoraja novos investimentos.

Enquanto que o sector químico tem necessidade de operar em pleno acima dos 90%, e o mundo ainda não recuperou da crise financeira de 2008, existem no entanto muitos excedentes.

Estes foram colocados no Brasil a preços marginais, aumentando as importações e colocando em risco a situação financeira das empresas no mercado interno.

(3) O Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é uma instituição privada no Brasil mas de interesse público. O seu objetivo principal é desenvolver e implementar cursos de formação profissional para melhor preparar as pessoas para o mercado

ENTREVISTA

Pode quantificar a taxa de incumprimento do sector e a sua evolução?

A ABIQUIM não acompanha o incumprimento no sector.

Estou certo de que vai ser o estímulo final para a retoma dos investimentos na indústria química. Como pode observar, muitas coisas estão a acontecer e demoram o seu tempo a materializar-se. Isto, no entanto, não é um problema para a indústria química. É uma indústria de longo prazo. Tenho a certeza de que estamos agora a começar a construir a indústria do ano 2030.

Nós Brasileiros gostamos de ter as coisas prontas para ontem, a indústria química pensa no amanhã.

Os empresários reivindicaram a isenção de investimentos (por redução de impostos sobre engenharia, maquinaria e equipamento). Qual é o estado desta proposta?

Quando a Presidente Dilma Rousseff ordenou a criação do Plano Brasil Maior estruturado na forma de Conselhos de Competitividade, foi criado um conselho destinado à química, petroquímica e plásticos.

O trabalho foi coordenado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, (MDIC), em reuniões com os empregadores, trabalhadores e representantes do Governo. O relatório abrangeu todos os problemas reais para a indústria química e, recentemente, a Presidente determinou a publicação da Agenda Plano Brasil Maior.

Agenda estratégica de curto prazo:

- Isenção de matérias-primas – já implementado.
- Incentivo ao investimento – implementado em Agosto de 2013.
- Incentivo à inovação – implementado em Agosto de 2013
- Políticas para a utilização de gás enquanto matéria prima – a ser criado em Dezembro de 2013.

Estrutura da Agenda:

- Programar o sector tecnológico para os produtos de origem renovável – em progresso, e discutido com funcionários, empregadores e membros da academia.
- Formação de recursos humanos: Iniciada através de discussões com o Senai e a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial.
- Melhorias das infra-estruturas: o regresso da privatização das ferrovias e rodovias é um significativo avanço e o novo quadro regulamentar para portos, permitirá melhorias substanciais a médio prazo.
- Regulamentação dos pesticidas: Em Julho realizou-se uma reunião com representantes do governo e da indústria para discutir o assunto.
- Estudo de diversificação da indústria química: O BNDES formalizou a contratação do consórcio BAIN Company / Gas Energy e o estudo foi iniciado e a sua conclusão está prevista em 12 meses, a contar da data de 1 de





Patricia Krause
Economista, Coface Brasil

Panorama Sectorial

Apesar das suas limitações, o Brasil permanece atractivo para os negócios, como consequência do crescimento lento e altas taxas de juros, as empresas Brasileiras têm sido afectadas. Neste contexto, elas têm dificuldade em pagar as suas dívidas e a Coface registou um considerável aumento de incidentes de pagamento envolvendo empresas Brasileiras.

A questão do “custo-Brasil” é um grande obstáculo numa série de sectores, nomeadamente porque a pressão ascendente sobre os salários está a corroer a competitividade da indústria química, os custos de energia estão a sobrecarregar a indústria siderúrgica, assim como o baixo nível de educação dos pequenos produtores agro-alimentares é um sério obstáculo para a adopção de novas tecnologias e para aceder ao crédito subsidiado.

Apesar destas fragilidades, o Brasil ainda é um mercado promissor. O tecido do mundo empresarial brasileiro tem duas grandes vantagens. Primeiro: o forte apoio das autoridades, incluindo elementos de protecção e benefícios fiscais em sectores sensíveis. Segundo: a resiliência da procura da classe média, especialmente em duas áreas que têm tido um bom desempenho, a indústria automóvel, onde os investimentos continuam fortes, e o comércio retalhista.

QUÍMICO

A indústria química é a quarta maior do país, representa 9% do PIB industrial do Brasil e 2.3% do PIB total, de acordo com os números de 2012.

A indústria local está especializada em quatro áreas: produtos químicos utilizados como componentes pelo sector industrial (maioritariamente na indústria automóvel, electrónica e têxtil), farmacêuticos, produtos químicos utilizados pelo sector agrícola e cosmética.

A receita líquida aumentou 236% em 10 anos permitindo que o Brasil se tornasse no sexto maior produtor de químicos no mundo. Apesar disso, o crescimento da indústria está a abrandar desde 2011, devido à fraca competitividade no cenário internacional.

O Gás é uma importante matéria-prima e o seu custo não é competitivo. Por exemplo, os preços são cerca de 33% superiores aos do EUA ou Canadá.

O cenário também se agravou, devido ao aumento do consumo de gás natural derivado do uso de instalações termoeléctricas no país, a fim de poupar água nos reservatórios das centrais hidroeléctricas.

Segundo a Agência Nacional de Petróleo, as despesas com as importações de gás natural aumentaram 77% entre Janeiro-Abril de 2013 em comparação com o mesmo período em 2012.

Como a compra é feita no mercado à vista, o país está sujeito à volatilidade dos preços internacionais do gás internacional (o Brasil não detém contratos de longo prazo).

Para além disso, a recente valorização do dólar tende a afectar negativamente o preço do gás natural importado. Também vale a pena mencionar que a exploração de gás de xisto pelos EUA teve um impacto num contexto global. O seu custo é muito mais barato do que qualquer outro recurso disponível.

A indústria é também conhecida como grande consumidor de energia e tem sido afectada pelos preços elevados no Brasil. No início de 2013 o governo decidiu reduzir a tarifa de energia entre 17% e 25%.

No entanto, ainda é elevada se comparada com outros países, tais como os EUA onde o seu custo é cerca de 50% mais baixo.

A falta de trabalhadores qualificados é também um problema a ser resolvido, uma vez que influencia os salários elevados e, conseqüentemente, afecta os lucros das empresas.

A infraestrutura também é subdesenvolvida, uma vez que o custo para investir no país ainda é muito elevado (o Brasil tem as maiores taxas de juro do mundo).

Diante dos factos acima apresentados, a balança comercial de produtos químicos passou por uma tendência perigosa. Hoje em dia, 30% dos produtos consumidos no Brasil são importados. As exportações de produtos químicos do Brasil aumentaram 41% entre 2007 e 2012, mas as importações (verificar gráfico) cresceram quase duas vezes mais rápido, para o mesmo período de tempo, registando um crescimento de 81%.

O país fechou 2012 com um défice de comércio exterior de 28 mil milhões de dólares e estima-se que venha a estar acima de 30 mil milhões em 2013.

O governo já está ciente desta ameaça e parece estar a trabalhar em conjunto com membros da indústria. Estruturou um conselho denominado “Plano Brasil Maior” onde foi estabelecido abranger os sectores químico, petroquímico e de plásticos. O objectivo é identificar todos os pontos que não permitem o crescimento da indústria. Um primeiro resultado já foi alcançado: o governo reduziu as taxas nas matérias-primas e muitos outros estão em curso para serem votados.

Também é relevante salientar que o segmento de fertilizantes e pesticidas é muito vulnerável às condições do mercado agrícola. Este último geralmente trabalha com planos de pagamento elevados e tem um nível de risco significativo inerente ao negócio, na eventualidade de ocorrer inesperadamente um choque negativo na oferta (como um período de seca). Esses casos na maioria da vezes envolvem planos de médio-longo prazo.

As perspectivas para a indústria química são desafiantes. De acordo com um estudo realizado pela Associação Brasileira de Indústria Química (Abiquim) seria necessário investir 167 mil milhões de dólares até 2020 para atender a crescente procura nacional e melhorar a balança comercial.

No entanto, é expectável que os investimentos atinjam 2.3 mil milhões de dólares até 2015. Para chegar mais perto destes números num contexto de elevadas taxas de juros, o governo precisa de se empenhar em alcançar esta meta.

Para além disso, em 2007 foi anunciada a descoberta de uma grande jaziga de petróleo localizada abaixo do leito do mar, numa faixa de 800 km entre os estados de Espírito Santo e Santa Catarina, a 100-300 km da costa. O campo foi denominado de Pré-Sal e a sua exploração pode aumentar significativamente a produção de gás natural e, conseqüentemente, reduzir os preços.

Importações de Produtos Químicos no Brasil 2012

Descrição	Milliões USD	% do total
Inorgânicos	11623	27
Produtos Farmacêuticos	9537	22
Orgânicos	8335	19
Resinas e Elastómeros	5371	1
Pesticidas	3308	8
Químicos Vários	2457	6
Fibra sintética ou artificial, fios, cabos e filamentos	984	2
Sabão, detergente, produtos de limpeza e perfumaria	853	2
Tintas e vernizes (incluindo esmaltes e lacas)	514	1

METALÚRGICO

O Brasil é o principal produtor de aço na América Latina e o nono em todo o mundo. A indústria está fortemente concentrada na região Sudoeste do país (94%), principalmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Conta com 29 instalações pertencentes a 11 grupos empresariais.

Os sectores imobiliário, automóvel, maquinaria e equipamento respondem por 80% do consumo de aço no Brasil. De 2009 a 2011 a produção cresceu à taxa média anual de 8%, mas desde meados de 2012, a produção e as vendas estão a abrandar. Em 2012 a produção contraiu aproximadamente 1.5%.

Esta indústria é caracterizada por uma elevada concentração de quota de mercado, os quatro maiores produtores representam mais de 80% do mercado.

O grupo indiano ArcelorMittal, o maior produtor do mundo, também ocupa esta posição localmente. As posições seguintes são ocupadas por empresas brasileiras, respectivamente, Gerdau, Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional. De acordo com os dados de 2012, a produção siderúrgica local é composta por aço plano (45%), aço longo (32%) e semi-acabado (23%). Nos últimos anos o aço tem ganho representatividade devido ao desenvolvimento do mercado imobiliário local.

O fraco desempenho observado em 2012 é o resultado da baixa taxa de crescimento da China, o nível de actividade moderada nos Estados Unidos e o cenário de recessão ainda presente na Europa. Além do mais, o PIB Brasileiro cresceu apenas 0.9% no último ano e, pior, a indústria contraiu 2.7%.

Como uma consequência deste cenário, há um excesso global de oferta de aço que tem empurrado os preços para baixo. O consumo no Brasil cresceu apenas 0.5% no mesmo período de tempo, em linha com o fraco desempenho dos principais mercados. A produção automóvel contratada era de 2%, o imobiliário cresceu apenas 1.4% e a maquinaria e equipamentos tiveram um desempenho negativo em 2012 (a Formação Bruta de Capital Fixo fez-se sentir em 4% YoY).

Para além disso, as principais matérias-primas para o aço plano são, respectivamente, o carvão e o minério de ferro. Apesar da tendência de declínio de ambos os produtos, o Brasil importou 100% do carvão consumido, por isso a estrutura de custos das instalações são extremamente vulneráveis à variação cambial.

Em 2012 o real (a moeda Brasileira) desvalorizou 17% em relação ao dólar e nas últimas semanas tem-se verificado uma significativa valorização. Felizmente o minério de ferro não é um problema, uma vez que o Brasil é o seu maior produtor.

Vale a pena mencionar que as fábricas nacionais não são capazes de repercutir o aumento dos preços das matérias-primas ao consumidor imediato, graças à forte concorrência dos produtos importados (que pressionam a margem da indústria). Muitos produtores de aço de países com baixa actividade económica (como os

Europeus) estão a tentar ganhar mercado no exterior, para compensar o seu fraco desempenho local. Pressionado pelos produtores locais, em Setembro de 2012 o governo Brasileiro aumentou em 25% os impostos de importação de vários produtos de aço.

O sector siderúrgico também é muito orientado para a exportação (30% da sua produção) e mesmo com a desvalorização do real, as exportações contraíram 10% em 2012.

Historicamente, os produtos semi-acabados são os mais exportados (68% em 2012), seguidos do aço plano, e por último, do aço longo. Em relação às importações, o aço plano é o mais importado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) estimou para a indústria siderúrgica um investimento de 14 mil milhões de dólares entre 2013 - 2016, menos 20% do que no período de 2008-2011. O motivo é o excesso de capacidade mundial de 526 milhões de toneladas de aço.

Os fabricantes de minério e de aço estão a concentrar os seus investimentos na produção de minério de ferro, o qual, apesar da recente queda no preço, ainda tem uma margem de lucro muito positiva. É relevante comentar que o Brasil é um grande produtor de minério de ferro que é também o principal componente das suas exportações.

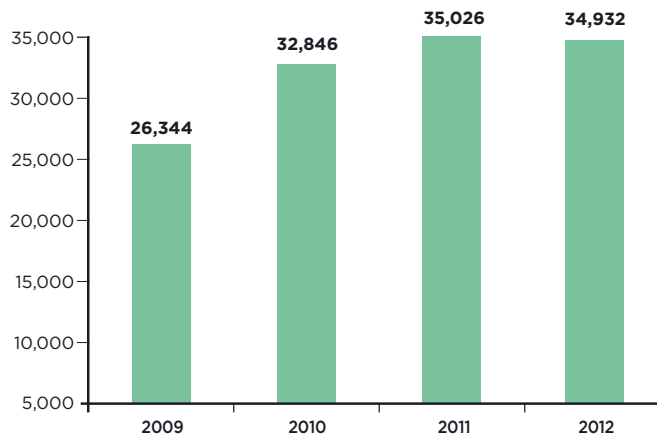
Em resumo, o desempenho actual da indústria é fraco, mas temos oportunidades locais que possibilitam alterar este cenário.

A economia Brasileira pode crescer a um ritmo moderado em 2013 (2.7% de acordo com o Banco Central do Brasil), o que já é melhor do que o aumento marginal verificado em 2012. Em particular, de acordo com os dados do primeiro trimestre de 2013, os investimentos cresceram 4.6% em comparação com o trimestre imediatamente anterior.

Durante os próximos meses, são também aguardados investimentos significativos em infra-estruturas, devido ao "Programa de Aceleração do Crescimento do Brasil", aos investimentos na Copa do Mundo e nos Jogos Olímpicos.

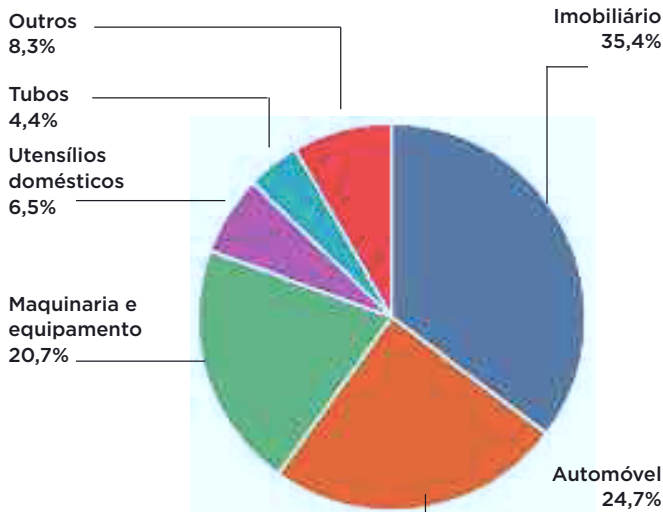
Para além disso, as perspectivas para o sector automóvel são positivas, o governo anunciou recentemente um programa de incentivo que irá aumentar os investimentos no sector e aumentar a produção.

GRÁFICO 1:
Produção de aço (toneladas)



Fonte : Instituto Aço Brasil

GRÁFICO 2:
Consumo de aço por sector (%)



Fonte : Instituto Aço Brasil



AUTOMÓVEL

O Brasil terminou 2012 em quarto lugar no ranking do maior mercado interno do mundo e na sétima posição em termos de produção.

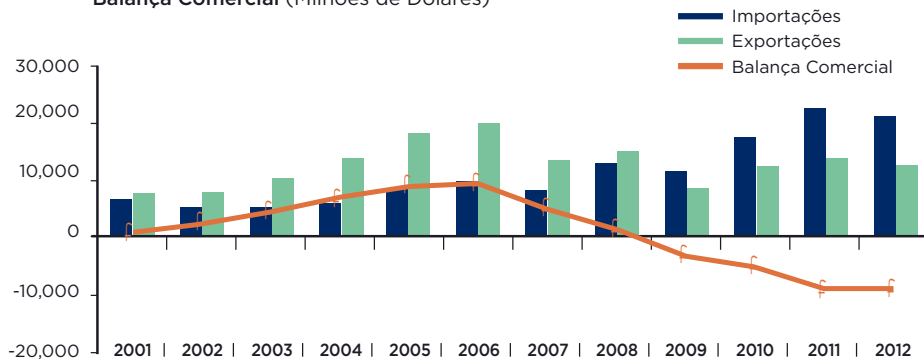
Considerando o mesmo período, representa 21% do PIB industrial ou 5% do seu total. Com efeito, o crescimento da classe média no país associado a um baixo rácio de veículo por habitante, permitiu um aumento constante da produção. De 2003 a 2012 o número de unidades produzidas por ano aumentou 88%.

Para além disso, o sector automóvel é responsável por empregar 1.5 milhões de pessoas e os impostos correspondem a 30% dos preços de consumidor do sector automóvel (o maior no Mundo), por isso, o governo acompanha sempre muito de perto este segmento.

Os principais operadores do mercado em termos de produção são, respectivamente: a Volkswagen, a Fiat, a General Motors e a Ford (juntos representam 75% do volume total). Considerando as vendas locais, as principais empresas são as mesmas, mudando apenas as posições da Volkswagen e da Fiat (quota de mercado total de 68%).

Além disso, o país está a atrair cada vez mais investimentos e o sector automóvel mantém a segunda posição no sector industrial brasileiro como receptor de investimentos estrangeiros directos. Nos últimos 10 anos, terminando em 2012, o investimento acumulado na indústria alcançou quase 27 mil milhões de dólares.

GRÁFICO 1:
Balança Comercial (Milhões de Dólares)



Fonte : Alice Web Mercosul

Vale a pena mencionar que o Governo lançou recentemente um programa de estímulo denominado Inovar-Auto.

O objectivo é estimular novos investimentos na expansão de fábricas, modernização, e desenvolvimento de novos veículos, eficiência energética e conteúdos tecnológicos. Esperam alcançar mais de 23 mil milhões de dólares em investimentos entre 2013 e 2017 e já mostrou sinais de adesão.

Em Junho, a Fiat anunciou que iria investir 7 mil milhões de dólares até 2016, a fim de desenvolver novos produtos e tecnologias para alcançar as metas estabelecidas pelo programa. Na mesma linha, a Volkswagen também se comprometeu com 4 mil milhões de dólares para o mesmo período. As marcas japonesas, como a Toyota e a Honda também decidiram acelerar a expansão dos seus projectos, graças aos novos incentivos.

Para além disso, os grandes fabricantes de automóveis que estão instalados há algum tempo no Brasil, não são os únicos a mostrar interesse pelo Brasil. Desde 2010, o país tem beneficiado de maior atenção pelos fabricantes de automóveis Chineses e Sul Coreanos. Chegaram ao país com um preço competitivo, ameaçando quer os principais operadores, quer aquelas com menos representatividade.

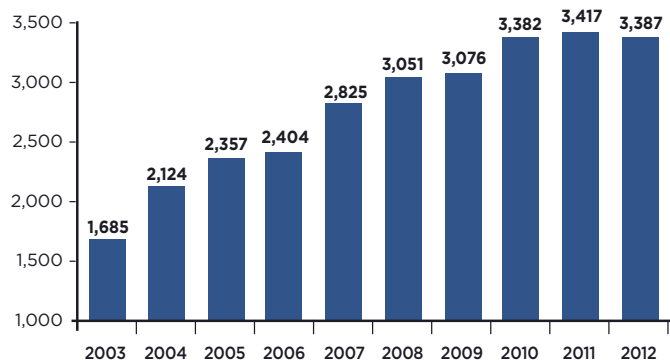
Preocupado com o crescimento das importações de automóveis, o governo decidiu, no final de 2011, impor barreiras. Aumentaram 30 pontos percentuais o imposto sobre os produtos industrializados para carros que não alcançaram a percentagem mínima de 65% de conteúdo nacional (as excepções à Argentina, México e Uruguai).

As marcas chinesas (tais como a Cherry e Jac Motors) estão a construir as primeiras fábricas no Brasil e outros (como Geely) estão a estudar essa possibilidade.

A indústria automobilística Brasileira está localizada na região Sul/Sudoeste do país. A indústria está focalizada na produção de automóveis e de veículos comerciais ligeiros. No ano passado, as vendas de automóveis e de veículos comerciais ligeiros, em termos de volume, aumentaram cerca de 6.1%, graças ao adiamento do aumento de impostos, ao mercado de trabalho favorável, às condições de crédito (juros mais baixos), à concorrência feroz entre os fabricantes de automóveis e aos aumentos salariais.

A perspectiva deteriorou-se um pouco, por isso as vendas devem crescer a um ritmo mais lento este ano. Segundo a "Tendências", uma consultora económica Brasileira muito conhecida, o segmento deverá crescer 3.2% em 2013.

GRÁFICO 2:
Produção de veículos por Ano
(milhões de unidades)



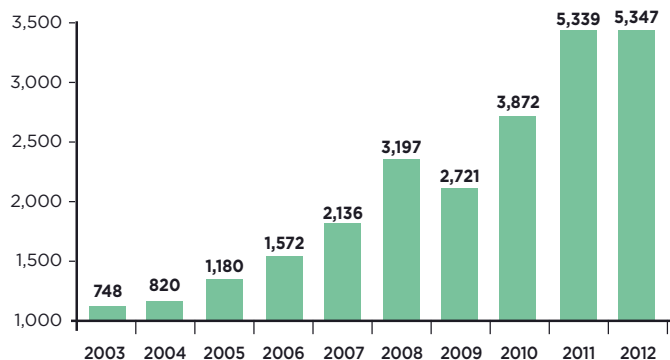
Fonte: Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

As vendas de autocarros e camiões reduziram consideravelmente no mesmo período, no entanto, foi considerado um resultado natural temporário da implementação do Euro 5.

Esta nova legislação foi implementada no início de 2012 com o objectivo de reduzir o nível de emissão de poluentes na atmosfera. O segmento já mostrou sinais de recuperação nos primeiros meses de 2013, de Janeiro a Maio cresceu em 8.97%.

Por último, o Brasil concentra as suas exportações na área Mercosul, a qual representa mais de 60% das suas vendas. A Argentina é o principal parceiro comercial, mas esta relação foi afectada pelas novas regras de importação

GRÁFICO 3:
Investimento por Ano (Milhões de dólares)



Fonte: Anfavea - Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

implementadas pelo governo da Argentina em 2012 (a balança comercial entre estes dois países permanece positiva para o Brasil). A Ásia é a região responsável pelo défice comercial brasileiro, 41% dos veículos importados provêm desta região e exportações nenhuma.

Na generalidade as perspectivas são positivas, baseadas no local e no ainda reduzido rácio de veículo por habitante. Os investimentos permanecem elevados e, como consequência, espera-se um aumento da produção.

Estima-se que as importações devam abrandar devido às altas tarifas e as exportações vão continuar a estagnar, graças às barreiras estabelecidas na Argentina e à actividade económica mundial reduzida.

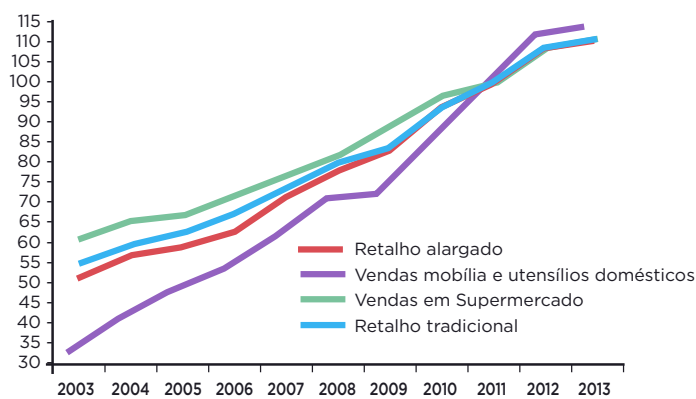
RETALHO

Tem sido uma das forças motrizes da Economia, crescendo a uma taxa muito mais elevada do que a actividade em geral. Seguindo esse comportamento, o retalho restrito e amplo (o qual inclui veículos e também construção) aumentaram, respectivamente 8.4% e 8% em 2012.

O retalho é impactado principalmente pelo rendimento e pelas condições de crédito, ambos melhoraram muito na recente história do Brasil, mas está agora a revelar sinais de abrandamento.

Na última década uma nova classe média emergiu no Brasil, por exemplo, 38% da população estava nessa classificação em 2003 e essa percentagem atingiu 55% em 2011, ou seja, muitas pessoas foram introduzidas no mercado de consumo. Para além disso, o rendimento real aumentou significativamente e a taxa de desemprego caiu para uma taxa média anual de apenas 5.5% em 2012.

Vendas reais no comércio de retalho
(índice médio numérico = 2011)



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Os aumentos nos salários tendem a ser variáveis com um grande impacto no consumo das famílias, mas, neste caso em particular, o crédito tem desempenhado um papel muito importante.

Numa década, a relação (crédito total/PIB) passou de 24.4% para 53.8% em Dezembro de 2012.

Também vale a pena mencionar que o crédito pessoal foi o que mais melhorou e que a taxa de juros real, que costumava ser a mais alta do mundo, alcançou um mínimo histórico de 7.25% no final de 2012.

Além disso, o crédito imobiliário melhorou nos últimos anos. Tem contribuído para impulsionar as vendas de móveis e electrodomésticos (ver gráfico página anterior), de modo que este segmento superou os outros.

O governo também reduziu o imposto sobre os produtos industrializados para este grupo, a título temporário, mas está sempre a adiar o retorno à taxa inicial.

As previsões para 2013 e 2014 são positivas, mas é esperado um crescimento a um ritmo mais lento.

Estimamos que o consumo das famílias irá reduzir por várias razões:

1) o crédito deverá reduzir o seu ritmo de expansão (as famílias estão muito endividadas e o incumprimento dos particulares cresceu em 2012);

2) o desemprego continua a ser baixo, mas os aumentos salariais diminuiram;

3) o reajuste anual do salário mínimo em 2013 foi muito menor (cerca de 9%) do que em 2012 (14.13%);

4) a pressão sobre os preços de retalho, que tem sido verificada desde meados de 2012, teve um impulso no primeiro trimestre de 2013 (principalmente devido aos componentes alimentares e os preços de serviço).

Os agentes das vendas a retalho prevêem um aumento de 4.5% este ano e de 4.3%, considerando o retalho ampliado.

Depois de um começo de ano positivo, muitos segmentos apresentaram um abrandamento no segundo trimestre de 2013, tais como supermercados, restaurantes, têxteis e acessórios pessoais.

A confiança do consumidor assumiu uma tendência descendente, ao mesmo tempo que uma percentagem significativa do seu rendimento está comprometida com as prestações de empréstimos e, embora a recente subida das taxas de juros ainda não se tenha feito sentir, é já um motivo de preocupação.

Apesar do comportamento atrás descrito, espera-se que alguns grupos se venham a superar. A electrónica, provavelmente irá crescer de forma significativa, principalmente em produtos digitais, computadores e televisores LCD, smartphones e tablets.

Além disso, o retalho na internet ainda representa 5% das



vendas, mas estima-se um crescimento de 25% em 2013, graças às conexões da internet e à penetração do cartão de crédito que continua a crescer.

Por último, mas não menos importante, o governo anunciou a 12 de Junho de 2013 a aprovação do crédito subsidiado para a compra de móveis e electrónica para os mutuários de "Minha Casa, Minha Vida".

Este é um programa do governo federal que concede à população com baixos rendimentos a possibilidade de adquirir as suas próprias casas com uma condição especial.

A panorâmica geral sobre o mercado de retalho é positiva, mas o modelo de crescimento baseado na concessão de crédito já mostra sinais de saturação.

Os retalhistas podem enfrentar dificuldades para competir com os produtos importados, por vezes, mais baratos e /ou com melhor qualidade.

Por outro lado, se a recente valorização do dólar continuar, vai tornar o produto local mais atractivo. A inflação também deve ser mantida sob controlo, principalmente na componente alimentar, que impacta directamente as vendas dos supermercados. O adiamento das reduções fiscais também pode estar perto do fim, uma vez que o governo precisa equilibrar o seu orçamento.

Por último, a recente aprovação de crédito subsidiado para "Minha Casa, Minha Vida" está prevista gerar um efeito positivo marginal sobre os retalhistas.

AGRO-ALIMENTAR

O Brasil possui uma longa extensão de terras férteis, sendo um dos principais produtores de produtos agro-alimentares. De acordo com os dados de 2012, representa 4.5% do PIB brasileiro.

O segmento é também muito orientado para a exportação sendo responsável por 40% da balança de exportações do país, considerando o mesmo período de tempo. Os principais produtos exportados são, respectivamente, a soja, a carne, o açúcar e etanol e o café (representa 66% das exportações agrícolas).

O PIB Brasileiro na agricultura contraiu 2.3% no mesmo período, as principais razões foram: a queda na produção de soja (perdas elevadas na região Sul) e a redução de preços de várias colheitas.

O desempenho do sector Agrícola Brasileiro dependem da actividade económica mundial e das colheitas de outros países, que são especializados nas mesmas culturas. A título de exemplo, no ano passado os produtores de milho beneficiaram da falha de escoamento da colheita nos Estados Unidos.

O sector Agrícola no Brasil cresceu 9.7% no primeiro trimestre de 2013, graças à recuperação da produção de soja e das boas colheitas de milho, tabaco e arroz.

Além disso, o Banco Central Brasileiro previu um crescimento de 8.4% em 2013, mas parece muito optimista. Este cenário pode ser afectado pela tendência de queda observada nos preços internacionais. Nas primeiras três semanas de Junho, os preços de 16 dos 23 produtos brasileiros mais exportados diminuiram.

A situação acima descrita é o resultado das boas perspectivas para as colheitas dos EUA, o que tende a implicar um excesso de oferta e um elevado nível de excedentes. Para além disso, o principal destino das exportações, a China, começou a crescer a um ritmo mais lento.

Durante muitos anos o Brasil foi beneficiado pela elevada procura Chinesa por alimentos, mas agora parece que esta fase já terminou.



Por causa da forte desvalorização do real (moeda Brasileira) nas últimas semanas, a queda dos preços, por enquanto, ainda não afectou significativamente as receitas dos exportadores.

Também vale a pena mencionar que poucos agricultores beneficiaram de políticas agrícolas e ganharam acesso a novas tecnologias. Entre os pequenos produtores, o baixo nível de educação é um sério obstáculo para a adopção de novas tecnologias, o que limita o acesso às políticas públicas, especialmente o crédito subsidiado.

As políticas de garantia de preços e a compra antecipada de colheitas geralmente não atingem o pequeno agricultor. Este vende a sua produção a um preço muito mais baixo e compra a terceiros a preços mais elevados. Como só os custos superam os ganhos, as tecnologias tornam-se inúteis. Sem lucro, não há nada que faça o agricultor modernizar-se. O governo necessita de dar assistência, mas o novo programa anunciado não parece ter essa prioridade em conta.

Na primeira semana de Junho de 2013, a Presidente Dilma Rousseff anunciou o “Plano Agrícola e Pecuário 2013/14” que irá angariar cerca de 68 mil milhões de dólares em investimentos.

O MERCADO:

Soja: o país é o segundo produtor mundial. Espera-se que a colheita de 2012/13 atinga o valor recorde de 81.5 milhões de toneladas. Actualmente o seu preço é um pouco volátil, devido à incerteza da produção nos EUA.

Café: é o maior produtor do mundo. Os preços devem manter-se baixos, esmagados pelo superávit global de 2012/2013.

Açúcar e etanol: da cana-de-açúcar produzida no Brasil, 46% é direccionado para a produção de açúcar e 54% para a produção de etanol. O país é o maior produtor e exportador mundial de açúcar e ocupa a segunda posição na produção de etanol.

Carne: O Brasil é o maior exportador, com 20% do mercado. O começo do tempo seco durante o fim da estação eleva os preços da carne bovina, mas será contido pela elevada estabilização da procura interna e pela competição com a carne de frango.

O valor é dividido em 49 mil milhões de dólares em custos de financiamento e comércio e 19 mil milhões de dólares para programas de investimento.

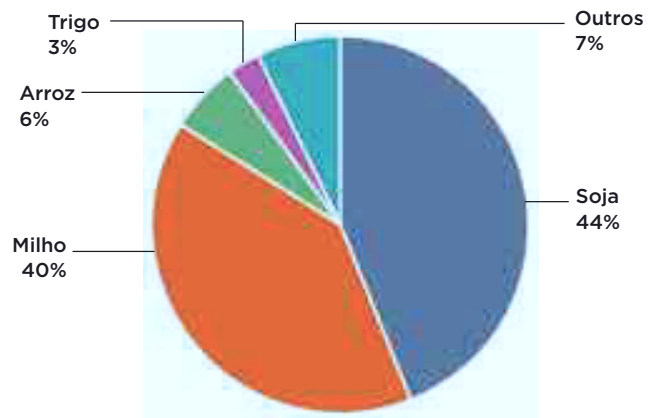
Também se focaliza em investimentos para melhorar a logística e infra-estruturas, com uma provisão de 13 mil milhões de dólares para a construção de armazéns privados nos próximos cinco anos com um período de pagamento de 15 anos.

Por fim, outro ponto que afecta a agricultura no país é a dependência de fertilizantes importados. O potássio, o nutriente básico para a produção de pesticidas, tem um índice de importação de 95% enquanto que o nitrogénio é de cerca de 50%. É um dos sectores que destaca o maior défice comercial da economia e a falta de novos investimentos.

O Banco de Desenvolvimento do Brasil já considera a possibilidade de aumentar o financiamento para projectos de três componentes – potássio, fósforo e nitrogénio – dos actuais 125 milhões de dólares por ano para um valor em perto de mil milhões de dólares em 2015.

O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo, apenas atrás dos Estados Unidos, Índia e China.

Previsões cultura de cereais 2012/13 (mil toneladas)



Fonte : Conab, Junho 2013



ENTREVISTA

Luiz Rabi

Economista, Serasa Experian*

« Considerando o índice de incumprimento⁽¹⁾ nos negócios, há margem para cair dos actuais 3.6% »

Após o seu crescimento em 2012, o índice de incumprimento particular caiu nos primeiros meses de 2013. A que se deve esse tipo de comportamento?

O índice de incumprimento dos particulares atingiu um pico de 8.2% em Outubro de 2012 e tem vindo a decrescer desde então, atingindo 7.5% em Abril de 2013. Em 2010 o acesso ao crédito era demasiado fácil e as pessoas foram incentivadas. Após algum tempo, o incumprimento cresceu significativamente e o sistema financeiro decidiu tornar-se mais restritivo. O novo contexto associado às condições do mercado de trabalho (baixa taxa de desemprego e salários reais estáveis) permitiram que esta taxa assumisse uma tendência decrescente.

Poderá esta redução também implicar um menor índice de incumprimento nas empresas?

A queda no incumprimento dos particulares tende a ter impacto nas empresas, mas a média histórica deste indicador é de 7% (não esperamos que venha a decrescer muito mais). Para além disso, outros indicadores têm mais impacto no incumprimento das empresas: o crescimento económico e o custo do crédito (taxa de juros). O primeiro tem-se desenvolvido relativamente bem (comparando com o último ano), mas permanece baixo. O segundo tem vindo a aumentar nos últimos meses devido à elevada taxa Selic (a Taxa de referência do Governo Brasileiro). Resumindo, não existe muito mais espaço para uma redução do incumprimento. Um efeito tende a anular o outro.

Está o incumprimento relacionado com a dimensão das empresas?

As micro e pequenas empresas representam 90% dos casos que a Serasa recebe. São esses que se transformam em 4 milhões de reais (1.8 milhões de dólares) por ano.

A Serasa lançou recentemente um novo índice, Educação Financeira do Consumidor. Quais foram os principais resultados alcançados?

Este índice foi obtido através de entrevistas e é constituído por 3 componentes: a - conhecimento de crédito, educação financeira; b - a atitude que a pessoa afirmou ter, em que situação se encontra e c- o comportamento real. De 0 a 10 o conhecimento teve o melhor grau, 7.5. A atitude tem 6 e finalmente, o comportamento 5. Adicionalmente, alguns resultados interessantes foram verificados: homens e mulheres têm o mesmo comportamento e isto é independente do seu intervalo salarial. Por último, o excesso de consumo está associado à cultura Brasileira.

* Instituição de Crédito

O mercado de crédito Brasileiro é muito recente, teve um significativo impulso após 2005. É a percentagem de rendimento dedicada ao financiamento (salário/prestação de crédito) ainda aceitável?

Não, a percentagem é significativamente elevada e ronda os 21%, de acordo com o Banco Central Brasileiro. Em relação aos empréstimos individuais, estes duplicaram depois de 2005. Este é o resultado do aumento de termos de pagamento e baixas taxas de juros. O pico de incumprimento verificado em 2011/2012 foi causado pelo aumento de três pontos percentuais nos prazos de pagamento. Isto alertou o Banco Central que tinha atingido o máximo aceitável, em outras palavras, era chegado o tempo de tornar o crédito mais restritivo.

Hoje em dia só podemos saber se uma pessoa está em incumprimento ou não. Contudo, com o lançamento do Cadastro Positivo é possível observar o endividamento do consumidor. Quais serão os principais ganhos?

Com Cadastro Positivo saberemos que percentagem salarial está já comprometida. A exigência de comprovativo de pagamento será substituída e irá beneficiar as pessoas que não são capazes de comprovar os seus rendimentos. A pessoa terá a oportunidade de seguir a sua pontuação e o spread tende a diminuir para os bons pagadores.

Quais os efeitos observados nos países que adoptaram uma ferramenta semelhante?

Dos 20 países mais ricos do Mundo, o Brasil era o único que não tinha esta ferramenta. Este produto já está amadurecido em muitos países, e vai mudar a cultura de crédito no Brasil. As pessoas seguem a sua pontuação numa base regular, a fim de contratar empréstimos com juros mais baixos o que também se reflecte positivamente no pagamento antecipado.

Por último, a taxa média de incumprimento em 2013 será mais baixa que a verificada em 2012?

O incumprimento dos particulares pode cair 7% até ao final do ano, fechando 2013 com uma taxa média de 7.3%. Considerando o índice de incumprimento das empresas, há alguma margem para cair dos actuais 3.6%.

O incumprimento dos particulares pode cair 7% até ao final do ano, fechando 2013 com uma taxa média de 7.3%.

(1) Apenas nos créditos bancários



Para negócios mais seguros.

Siga-nos em:



Análise de
Risco País e
Risco Sectorial

SEDE

Av. José Malhoa, nº 16-B, 7º Piso, Fracção B1
Edifício Europa, 1070 - 159 Lisboa
Tel.: (+351) 211 545 400 - Fax: 211 545 401
www.cofaceportugal.pt
coface_portugal@coface.com

Conferência sobre Risco País 2013

A Coface propõe-lhe reunir-se com especialistas de análise económica e de risco país

que irão partilhar a sua visão sobre os países industrializados, países em desenvolvimento e outros temas da actualidade mundial.

> LISBOA, 12 de Novembro

Centro Cultural de Belém

SALA LUÍS FREITAS BRANCO

Praça do Império

1449-003 Lisboa



COMO INSCREVER-SE?

Se pretende assistir à Conferência sobre Risco País da Coface, pode inscrever-se:



- > No nosso sítio web em www.riscopaiscoface.com.pt
- > Pelo telefone 211 545 400
- > Através de e-mail para: coface_portugal@coface.com

A inscrição é gratuita, com participação limitada aos lugares disponíveis.